



Doutoramento em E-Planning

Fundamentos de E-Planning

Recensão sobre:

*Geopolítica da Sociedade de Informação:
As TIC e as estratégias de desenvolvimento.*



Fonte: http://seminarioeducarinclusaodigital.blogspot.com/2011_04_01_archive.html



Recensão dos conteúdos leccionados nas aulas da cadeira de Fundamentos de e-Planning, subordinado ao tema: **Geopolítica da Sociedade de Informação: As TIC e as estratégias de desenvolvimento.**

Documentos de apoio: Geopolítica da Sociedade de Informação: As TIC e as estratégias de desenvolvimento (eplancore11_geopolitica.pdf); Alone Together (Sherry_Turkle_Alone_Together_intro.pdf); Alone Together – Summary (Sherry_Turkle_Alone_Together_summary.pdf).

Autores: Pedro Ferraz de Abreu (ISCSP – UTL); Sherry Turkle.

Pouco de muito é muito e muito de pouco é nada.

Fonte: própria

1 Introdução

As estratégias de desenvolvimento e inclusão social encontram-se hoje cada vez mais associadas às dinâmicas e políticas de informação, conhecimento, aprendizado e inovação. Potenciado por esta estratégia, constata-se existir uma relação negativa forte entre desigualdade e o nível de desenvolvimento humano, desigualdade essa, que por sua vez se correlaciona-se negativamente com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sendo a correlação muito forte essencialmente nas dimensões da educação e no rendimento, facto que sugere que uma maior equidade pode melhorar significativamente o desenvolvimento humano (IPAD, 2010, p. 62).

Nesse sentido, o preâmbulo de abertura da Carta das Nações Unidas sustenta num contexto mais vasto de *liberdade alargada*, a **Capacitação** das pessoas como agentes activos para a mudança, na medida que essa capacitação lhes irá permitir uma maior envolvimento individual e de grupo nos processos políticos, nas famílias, comunidades e países. Intrinsecamente esta capacitação relacionar-se-á positivamente com os resultados do desenvolvimento.

Encontrando-nos em plena revolução tecnológica, a proliferação de telemóveis, de televisão por satélite e de acesso alargado à Internet, possibilitou a disponibilidade de informação e a capacidade de expressão de opiniões em termos globais.

Embora exista um GAP elevado na utilização destas tecnologias entre os países desenvolvidos e países com um baixo desenvolvimento, o crescimento deste ultimo grupo de países na última década foi elevadíssimo, de 4000% relativamente à Internet e de 3500% nas assinaturas de serviços de telefone¹, mas quando relativizado pelo numero de habitantes de cada país, o GAP aumentou consideravelmente, sendo pertinente questionarmo-nos até que ponto o desenvolvimento das TIC não está a ser causa para a ampliar a separação entre ricos e pobres. *A questão é que 4000% de quase nada, continua a ser quase nada.*

Nesse sentido, será legítimo questionarmo-nos de que forma as novas tecnologias numa era de globalização poderão dar voz a pessoas marginalizadas, e assim, contribuir para a alteração do panorama político global, ou seja, de que forma as **TIC poderão contribuir como estratégia de desenvolvimento**. No entanto, há quem arguente que as inovações potenciam e consolidam ainda mais o poder daqueles que já o detêm.

¹ Valores retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 do PNUD.



2 Explicação

Significativas transformações económicas, políticas, sociais, culturais e institucionais têm ocorrido no mundo actual, reformatando a base material das sociedades a partir de estratégias de acumulação baseadas em processos de geração e de difusão de novos conhecimentos, nomeadamente as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que originaram a emergência de um novo padrão sócio-técnico-económico.

Com a enorme capacidade de tratamento, armazenamento e transmissão a alta velocidade de grandes quantidades de informação a baixo custo, viabilizaram-se inovações de toda a ordem, alteraram-se estruturas e práticas de produção, comercialização e consumo, de cooperação e competição entre os agentes, alterando-se a cadeia de geração de valor.

É hoje visível, que por um lado o desenvolvimento das infra-estrutura de informação e comunicação é tido como fundamental para o desenvolvimento humano, mas por outro, tem demonstrado não ser condição suficiente para garantir o desenvolvimento e acrescentar benefícios a países e regiões que cronicamente se encontram no fim da linha. Aliás, constata-se mesmo existir uma maior inclusão nas sociedades classificadas no topo do ranking de desenvolvimento humano, e um agravamento das desigualdades sociais e territoriais nos países das zonas historicamente pouco desenvolvidas.

Responsável por este GAP cada vez maior, poderá apontar-se hoje a própria base ideológica do modelo económico imposto globalmente pelos mais desenvolvidos, o **Washington Consensus**.

Baseando-se este modelo na liberalização cada vez maior dos mercados, permitiu que a eficiência deste desenvolvimento contribuisse fortemente para o processo de globalização, e desta forma ter respondido e facilitado as novas exigências dos padrões de acumulação do capital, onde a produção e circulação de bens essencialmente intangíveis, bem como, a circulação de capital, se fizessem cada vez mais recorrendo ao uso das redes telemáticas.

Desta forma, possibilitou-se a apropriação e *privatização* de conhecimentos estratégicos, que por sua vez são requisitos para as políticas de desenvolvimento, em grandes grupos económicos, que consequentemente potenciaram a hegemonia dos países económica e tecnologicamente avançados, gerando-se desigualdades no acesso à informação, conhecimentos e capacidade de inovação e aprendizado, vulnerabilizando cada vez mais as economias mais frágeis do sistema económico global. Nas chamadas sociedades em rede, *o acesso e o controle das redes e fluxos financeiros, mercantis e de informação são estratégicos na vantagem competitiva e política em todas as escalas geográficas* (BECKER, 1991). Daqui se depreende e se evidencia que as redes são selectivas e excludentes; para Santos, *as redes são parte do espaço e o espaço é de alguns* (SANTOS, 1997). Logo, *as redes promovem a unificação técnico-económica do planeta, mas não sua união* (SANTOS, 1997).

Mesmo dentro dos países considerados da linha da frente, outros aspectos aparentemente negativos devem ser considerados. Por exemplo, a flexibilização do trabalho facilitada pelo desenvolvimento tecnológico tem levado a uma maior precarização, ao deslocamento e perda de postos de trabalho agravando situações de



desemprego e subemprego, que conseqüentemente têm contribuído para aumentar situações de exclusão e tensão social. De igual modo, têm potenciado as desigualdades de rendimento entre trabalhadores mais e menos qualificados, relativamente ao uso e manuseio das novas tecnologias.

Não obstante esta realidade mais sombria do conhecimento, teremos de reconhecer os extraordinários contributos para a solução de carências humanas em áreas vitais como a produção de alimentos, a medicina e a comunicação global, este último tão importante à implementação e manutenção das democracias e respectivo aumento das liberdades individuais e qualidade de vida, pese embora o acesso a estes tipos de bens ser restrito, essencialmente pelos países que se encontram no fim da linha. Refira-se ainda, o facto de as TIC terem permitido articular uma ampla rede de actores sociais, através das chamadas *Tecnologias Sociais*². No entanto, refira-se que sendo este grupo de países normalmente governados por regimes totalitários e ou ditatoriais, que por sua vez são causa do seu atraso e conseqüente exclusão, tem sido a partir da convergência tecnológica e económica das multimídia permitida pela digitalização da informação, que estas sociedades têm conseguido encontrar o seu caminho no sentido da emancipação e libertação, tornando possível o acesso à informação global, criando novas formas e canais de participação, mobilização e activismo político, bem como, a ampliação da cidadania. A possibilidade de acesso livre (não censurado nem controlado) a partir de um qualquer ponto a conteúdos e informação diversa por meios electrónicos, abule as fronteiras espaciais, culturais e políticas dos povos e sociedades.

De que lado está a razão? Qual o desafio?

Tornou-se assim evidente a necessidade de uma agenda de maior amplitude política, económica, social e cultural (LEGEY; ALBAGLI, 2000).

Aceitando o desenvolvimento como vector orientador para a evolução natural das sociedades e dos povos, trata-se pois de questionar de que forma este desenvolvimento pode e deve ser elemento suavizador de assimetrias, ou seja, de que forma pode *atrejar* os países e regiões menos desenvolvidos, numa sociedade globalizada, movida única e exclusivamente por interesses financeiros e factores económicos, com padrões elevados de qualidade de vida localizados (ocidente, países e regiões desenvolvidas), onde a educação e os valores transmitidos e absorvidos na formação individual e colectiva nos ofusca a realidade da distribuição da riqueza.

Pessoalmente, penso tratar-se de um problema cuja solução dependerá apenas de vontade política, e essa eu duvido, que por sua vez só ocorrerá com uma maior consciencialização dos valores humanitários por parte da sociedade global, sendo para isso necessário trilhar um longo caminho que legitime cada vez mais as organizações e movimentos globais de cidadania em detrimento dos actuais partidos políticos, permitindo-lhes virem a ser os legítimos e honestos representantes dos princípios e valores das democracias contemporâneas. Trata-se pois de uma mudança de *paradigma* democrático em que o vínculo dos cidadãos se fará pelas diferenças de princípios e valores humanitários, de convivência, comunhão e partilha em

² *Tecnologias sociais são aquelas técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social.* (BAUMGARTEN, MAÍRA, 2007, pag. 28).



sociedade, bem-estar do próximo, etc., e não pelas ideologias políticas. Embora se possa alegar, e eu de certa forma concordo, tratar-se do mesmo tipo de movimento, ou seja, que partidos políticos são movimentos de cidadania e que movimentos de cidadania não deixam de ser movimentos políticos, o certo é que salvo raras exceções (países da Escandinávia) em que a mentalidade dos povos impõe uma governação da *coisa pública* em benefício do bem-estar e qualidade de vida de todos os seus cidadãos, em que os respectivos governos fazem sua essa mentalidade, fazendo do acto de governar um acto cívico e de cidadania consubstanciado na prestação de um serviço publico ao seu país, a grande maioria dos políticos pratica uma governação assente num certo laxismo e apatia dos seus eleitores, onde as ligações partidárias se fazem por *cores políticas*, porque este partido está mais ou menos à esquerda daquele e eu sou de esquerda ou de direita, esvaziados das suas ideologias originais, em que a única penalização se traduz em não voltar a votar no partido que governa nas próximas eleições. São estes políticos, despidos de espírito de missão, que quando chegam ao poder o usam para sua projecção social, que na acção governativa não resistem a *jogadas, negociatas e compadrios*, que tantas e tantas vezes se envolvem em casos de corrupção, descredibilizam as ideologias partidárias e descrêem os seus cidadãos. Vejam-se as elevadas e crescentes taxas de abstenção eleitoras destas democracias.

Como reforço desta mudança de paradigma, veja-se a emergência de movimentos de **Indignados** globais, cujas lutas e reivindicações não se encontram associadas a partidos políticos, revelando um esgotar de paciência relativa aos modelos de governação assentes em partidos políticos quase sem ideologias que por sua vez quando ganham as eleições têm de colocar os seus *boy's*, fazendo com que a qualidade governativa seja na sua maioria fraca, orientada pelos ciclos eleitorais e políticas eleitoralistas.

Porque será que os países da Escandinávia se encontram todos na linha da frente do desenvolvimento? Qual o desafio?

3 Considerações finais

A emergência de sociedades da informação e do conhecimento dá-se nos últimos 30 anos do século XX associadas a transformações técnico-científicas.

De início, a construção de infra-estruturas globais de informação e a universalização do acesso a essas mesmas infra-estruturas colocou-se como questão fulcral. Posteriormente, este processo tem vindo a ser entendido de um ponto de vista mais amplo, em que a dimensão tecnológica constitui apenas um de seus aspectos e condicionantes.

Actualmente, constata-se que todas estas mudanças têm operado de forma multidimensional em esferas distintas da vida humana em sociedade, interagindo de forma sinérgica na projecção da importância da informação e do conhecimento. Nesse sentido, poder-se-á concluir que *Informação e conhecimento* são elementos importantes no binómio *inclusão-exclusão* social. Se por um lado o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação viabilizam conexões em tempo real e em escala planetária,



estabelecendo redes de integração, por outro, parece ser causa de exclusão, impondo novas barreiras à integração de segmentos sociais e regiões marginalizados no novo padrão.

Assim, constitui-se como requisito fundamental para promoção da inclusão, o repensar das políticas destinadas a ampliar a capacidade de inovação, de forma a estimular o desenvolvimento dos povos/sociedades as regiões mais excluídas,



4 Bibliografia

- BAUMGARTEN, M., (2007), *Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento*, in Liinc em Revista, v.3, n.1, Março 2007, Rio de Janeiro, p. 16-32 <http://www.ibict.br/liinc>, acedido em 22-11-2011.
- BECKER, B. K., (1991), *A geografia política e gestão do território no limiar do século XXI*, in Revista Brasileira de Geografia: IBGE, v. 53, n. 3.
- CASTELLS, M., (1996), *The rise of the network society*, Blackwell Publishers, Oxford.
- FERRAZ DE ABRU, P., (2002), *Information Technology Review*, adaptado de *New Information Technologies in Public Participation: A Challenge to Old Decision-making Institutional Frameworks*". Ph.D. Thesis. MIT , Dept. Urban Studies and Regional Planning, Cambridge, USA, Maio 2002.
- IPAD, (2010), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010*, traduzido do relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e publicado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).
- LEGEY, L. R. I.; ALBAGLI, S., (2000), *Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda*, *DataGramaZero*, v. 1, n. 5, in <http://www.dgz.br>, acedido em 22-11-2006.
- MINSKY, M., (1985), *A Framework for Representing Knowledge* in READINGS IN KNOWLEDGE REPRESENTATION. USA: Morgan Kaufmann Publishers.
- SANTOS, M., (1987), *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*, Editora Hucitec, São Paulo - Brasil.